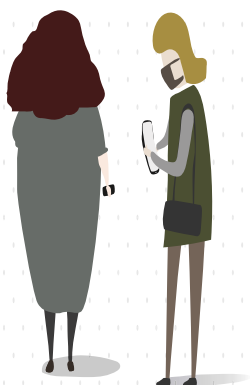




Capítulo

2

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA DO INSUCESSO ESCOLAR DE ALUNOS REPROVADOS NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA



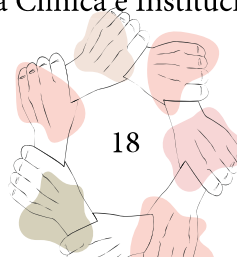
INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA DO INSUCESSO ESCOLAR DE ALUNOS REPROVADOS NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

PSYCHO-PEDAGOGICAL INTERVENTION: POSSIBILITIES AND PERSPECTIVES OF CHANGING THE SCHOOL FAILURE OF STUDENTS FAILING IN THE PORTUGUESE LANGUAGE SUBJECT

Maria Geane da Silva Braga¹

Resumo: A reprovação escolar é algo que apesar de tão antigo nos impressiona a todo tempo, pois acontece naturalmente nas escolas e, mesmo sendo de conhecimento de todos, não se tem pensado efetivamente em uma intervenção psicopedagógica eficiente que venha reverter os altos índices, principalmente na disciplina de língua portuguesa. Além disso, é preciso dizer que essa situação não depende só dos professores, mas de toda a comunidade escolar: pais, coordenadores, diretores, familiares e demais colaboradores da instituição de ensino e especialmente de todos os alunos envolvidos nesse contexto. Na educação, quando se trata de dificuldades de aprendizagem, de imediato se associa a essa questão à classe menos favorecida, ou seja, o histórico familiar passa a ser uma das premissas para justificar o que não se cumpriu ao longo da vida do aluno, que nada mais é do que o direito de aprender. Diante disso, é preciso saber a origem da falta de sucesso da aprendizagem, do insucesso escolar na disciplina de língua portuguesa que leva a altos índices de reprovação nas escolas brasileiras para intervir nessa situação de forma mais criteriosa. Vale ressaltar, ainda, que as condições atuais

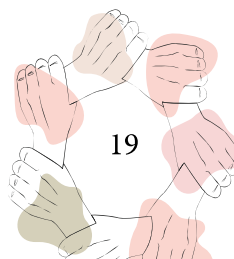
¹ Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional



permitem repensar sobre o ensino da leitura e da escrita, pois há diversas considerações no que se refere ao conhecimento didático acumulado às transformações educacionais realmente significativas. Espera-se, sem procurar culpados, buscar a união de agentes e ações com intervenções transformadoras na melhoria da aprendizagem escolar, abolindo ou minimizando o tão discutido insucesso escolar por meio da reprovação na disciplina de língua portuguesa.

Palavras-Chave: Insucesso Escolar, Reprovação, Leitura e Escrita, Intervenção Psicopedagógica.

Abstract: School failure is something that, despite being so old, impresses us all the time, as it happens naturally in schools and, even though it is known to all, there has been no effective thought of an efficient psychopedagogical intervention that will revert the high rates, especially in the Portuguese language subject. Furthermore, it must be said that this situation does not only depend on the teachers, but on the entire school community: parents, coordinators, directors, family members and other collaborators of the educational institution and especially on all students involved in this context. In education, when it comes to learning difficulties, this issue is immediately associated with the less favored class, that is, family history becomes one of the premises to justify what was not fulfilled throughout the student's life, which is nothing more than the right to learn. Therefore, it is necessary to know the origin of the lack of learning success, of the school failure in the Portuguese language subject that leads to high failure rates in Brazilian schools in order to intervene in this situation more judiciously. It is also worth mentioning that the current conditions allow rethinking about the teaching of reading and writing, as there are several considerations regarding the didactic knowledge accumulated in the really significant educational transformations. It is expected, without looking for



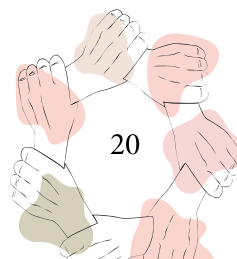
culprits, to seek the union of agents and actions with transformative interventions in improving school learning, abolishing or minimizing the so-discussed school failure through failure in the Portuguese language subject.

Keywords: School Failure, Failure, Reading and Writing, Psychopedagogical Intervention.

INTRODUÇÃO

A reprovação na disciplina de língua portuguesa pode gerar, dentre outros, o insucesso escolar de muitos estudantes. Tema este, muito debatido no cenário da educação, principalmente para entender os fatores que levam a este problema, ressaltando, ainda, que a educação é um direito de todos.

Dessa forma, levando em consideração que a reprovação escolar é um dos maiores problemas e desafios do sistema educacional, definiu-se como tema de pesquisa a ser desenvolvido: Intervenção Psicopedagógica: possibilidades e perspectivas de mudança do insucesso escolar de alunos reprovados na disciplina de língua portuguesa, pois, há algum tempo se discute no âmbito social e da educação os fatores que levam à reprovação dos alunos nas escolas brasileiras e conseqüentemente ao insucesso escolar dos mesmos. Decerto que muitos são os esforços para reverter os índices que se apresentam nesse campo, mas, infelizmente, há muito que percorrer, pois se tudo muda na educação para mais ou para melhor e o aluno não aprende sequer o básico nos aspectos da linguagem e suas tecnologias, ou mesmo em outras áreas, para quem ou quem foi mesmo essa mudança? Além disso, no ensino fundamental, o eixo da discussão, no que se refere ao fracasso escolar, tem sido a questão da leitura e da escrita. Sabe-se que os índices brasileiros de repetência são inaceitáveis mesmo em países



muito mais pobres e que estão diretamente ligados à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever.

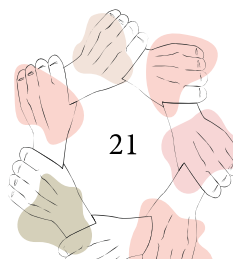
Em relação a esse problema, vários pesquisadores e estudiosos associam tal fato à pouca participação da família, à falta de qualidade no ensino em detrimento à falta de formação permanente e significativa dos professores, ao modelo de gestão, entre outros determinantes, dos quais servem de justificativa para a não aprendizagem dos alunos, que paralelo a isso apresenta como consequência a desmotivação, a ausência de habilidades e competências básicas na leitura e na escrita.

Em função disso, a criança passa de uma série para outra com enorme carência linguística, ganhando proporções absurdas no tocante à aprendizagem. O que seria construído firmemente em suas fases iniciais de aprendizagem, passa a ser descaracterizado e descoberto nas séries seguintes, prejudicando de maneira excessiva o desenvolvimento cognitivo do aluno.

A reprovação escolar é algo que apesar de tão antigo nos impressiona a todo tempo, pois acontece naturalmente nas escolas e, mesmo sendo de conhecimento de todos, não se tem pensado efetivamente em uma intervenção psicopedagógica eficiente que venha reverter os altos índices, principalmente na disciplina de língua portuguesa.

Além disso, é preciso dizer que essa situação não depende só dos professores, mas de toda a comunidade escolar: pais, coordenadores, diretores, familiares e demais colaboradores da instituição de ensino e especialmente de todos os alunos envolvidos nesse contexto. Na educação, quando se trata de dificuldades de aprendizagem, de imediato se associa a essa questão à classe menos favorecida, ou seja, o histórico familiar passa a ser uma das premissas para justificar o que não se cumpriu ao longo da vida do aluno, que nada mais é do que o direito de aprender.

Diante disso, iremos nos aprofundar para sabermos a origem da falta de sucesso da aprendi-



zagem, do insucesso escolar na disciplina de língua portuguesa que leva a altos índices de reprovação em uma escola pública do interior de Alagoas.

Salienta-se a importância deste estudo em função de dois aspectos: social e profissional. O social por apresentar um apelo maior no sentido de as ações públicas e políticas tomarem a educação como prioridade em todos os seus aspectos e sentidos, pelo menos, isto é uma das questões mais discutidas no cenário educacional. E o profissional, buscando contribuir para a diminuição deste problema, considerando, portanto, as condições de trabalho e, principalmente, do ensino oferecido ao sujeito aprendiz.

Vale ressaltar que as condições atuais permitem repensar sobre o ensino da leitura e da escrita, tanto do ponto de vista social, quanto profissional, pois há diversas considerações no que se refere ao conhecimento didático acumulado, e também as contribuições de outras áreas que estão inter-relacionadas às transformações educacionais realmente significativas.

Portanto, espera-se conhecer as causas da reprovação na disciplina de língua portuguesa e seus diferentes fatores para proceder às ações de intervenção psicopedagógica no contexto do insucesso escolar dos alunos, no sentido de descrever as principais características e significados do conceito de reprovação, insucesso escolar e intervenção psicopedagógica para identificar essas causas e consequências na disciplina de língua portuguesa. E, assim, apontar ações de enfrentamento com vistas à intervenção psicopedagógica para o problema da reprovação e o insucesso na disciplina de língua portuguesa, entre elas, a relação escola - família, a qualificação profissional e o papel da equipe diretiva da unidade escolar.

Mediante o contexto, e, sem procurar culpados, buscar, portanto, a união de agentes e ações com intervenções transformadoras em prol de melhorias na aprendizagem escolar, abolindo ou mini-



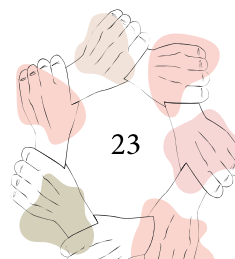
mizando o tão discutido fracasso escolar por meio da reprovação na disciplina de língua portuguesa.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E SIGNIFICADOS DO CONCEITO DE REPROVAÇÃO, INSUCESSO ESCOLAR E INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

A reprovação tem sido discutida ao longo do tempo em vários ambientes, principalmente no escolar. Muitos fatores são conhecidos, alguns supostos, mas não podemos negar a responsabilidade enquanto professor, quando um aluno é reprovado. Além disso, um aluno reprovado passa pela distorção idade-série, várias dificuldades de aprendizagem, ausência de acompanhamento familiar, e ainda, a baixa autoestima até por fim chegar à evasão escolar. Para SILVA (2007), a reprovação é um instrumento covarde, pois, segundo este, joga - se toda a culpa das mazelas da educação justamente no elo mais fraco da corrente - o aluno.

No entanto, é preciso entender que esse problema está relacionado a um contexto mais geral, ou seja, a uma sociedade marginalizada, marcada pela violência, desemprego, sem condições de vida humana e completamente excludente, por não atender às exigências da ordem mundial que cresce com o desenvolvimento tecnológico, a globalização cultural e as leis mercantis, e que gera cada vez a seletividade social. Partindo desse contexto, refletir “se todas as demais condições necessárias melhorarem, mas os alunos não aprenderem mais e melhor, não há melhoria na qualidade da educação” (ASSMANN, 1995 apud LIBÂNEO, 2001.p. 61).

De acordo com esse pressuposto, o fato de a escola muitas vezes não saber fazer de seus alunos competentes leitores, certamente poderá trazer consequências graves e diversificadas para o futuro destes estudantes, pois terão dificuldades em continuar na escola, onde a leitura transcorrerá



em todo o tempo, e estes por apresentar limitações acerca da mesma, logo passarão a serem candidatos à reprovação e à evasão escolar. Assim, Cagliari (2009. P.6) apresenta que:

Uma das causas desse fracasso escolar, a meu ver, é a incompetência técnica. Ocorre que quem orienta a educação (escolas de formação, secretarias de educação, autores de livros didáticos, professores...) não sabe ensinar devidamente, porque desconhece muitos aspectos básicos da fala, da escrita e da leitura [...].

No Brasil, a história da política educacional desencanta todos os comprometidos com um ensino de qualidade, pois os primeiros bancos escolares foram violentamente autoritários, a favor de um modelo caprichoso, gerando a primeira mão de obra em exploração, genuinamente brasileiras, jesuitamente alfabetizadas, hoje ambas tão promovidas em ações de marketing pelos nossos governantes com a propaganda Educação para Todos.

Este problema tem inquietado muita gente até hoje. Basta apenas, atentarmos para os dados de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização do MEC (ANA, 2013), 22% dos alunos de oito anos não sabiam ler adequadamente e 35% não sabiam escrever. Já nos anos finais do ensino fundamental, a Fundação Lemann analisa que o Brasil avançou nos anos finais, mas ainda não estamos em um patamar adequado. As taxas de aprovação estão subindo muito lentamente, a evolução em proficiência é abaixo do desejável e não concretiza completamente os avanços dos anos iniciais em anos anteriores. Outro estudo conduzido pelo IPM (Instituto Paulo Montenegro) e pela ONG Ação Educativa em 2015 concluiu que apenas oito a cada grupo de cem pessoas em idade de trabalhar no Brasil são consideradas plenamente capazes de entender e se expressar por meio de letras e números.

Para FREIRE (1996, p.47):

[...] Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto



em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

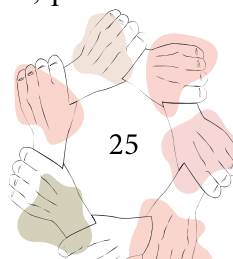
Dessa forma, educar e ensinar torna-se um caminho de mão dupla, não se podem desconsiderar os conhecimentos que perpassam na vida das pessoas, pois sempre temos algo a dar e a receber. O ensino é vida, vivência, portanto, o professor é apenas um mediador do conhecimento que deve trocar experiências de vida com o educando, que certamente aprenderá a conhecer situações novas. E, isto não quer dizer transferência, quer dizer sistematizar um conhecimento que já existe, dando possibilidade de as crianças e jovens aprenderem a usar este conhecimento em situações que precisem por em prática o que já faz parte do seu próprio meio, internalizando assim, o que adquirirem ao longo de suas vidas. Agindo dessa forma, o professor estará mais livre para selecionar os métodos, as técnicas e buscará os rumos e o ritmo que mais se adequar á turma, colocando sua sensibilidade acima de qualquer modelo preestabelecido.

Segundo CAGLIARI (2009, p.19):

A escola moderna se envolveu num emaranhado de teorias e métodos, mas se afastou, de fato, da realidade de seus alunos. O que fez a escola? Creio que nem ela própria sabe explicar. É preciso recuperar o fio da meada e começar a tecer de novo. Não ao acaso, nem de maneira mais complicada do que o próprio mundo, mas na justa medida das coisas. Por exemplo, ensinar língua portuguesa é ensinar língua portuguesa e não fazer disso um campo de prova de teorias ou hipóteses psicológicas, pedagógicas, ou seja, lá o que for. Mas o que é ensinar língua portuguesa para pessoas que já sabem falar o português?

Diante disso, é preciso refletir acerca dos altos índices de reprovação na disciplina de língua portuguesa para poder intervir psicopedagogicamente no processo do ensino e da aprendizagem, dentre os vários descaminhos apresentados nesse contexto, a família se traduz como um dos fatores mais necessários para ajudar a reverter essa cultura. Assim:

Bons pais conversam, pais brilhantes dialogam. Entre conversar e dialogar



há um grande vale. Conversar é falar sobre o mundo que nos cerca. Dialogar é contar experiências, é segredar o que está oculto no coração, é penetrar além da cortina dos comportamentos, é desenvolver inteligência interpessoal. (GARDNER, 1995 apud CURY, 2003.p. 42).

Portanto, um dos significados que melhor explicaria a palavra reprovação poderia se aplicar à qualificação escolar que se encontra abaixo de aprovado. Então, quando dizemos que um aluno foi reprovado em alguma matéria significa que ele não alcançou a média desejada de uma prova ou outro instrumento de verificação da aprendizagem, por que, sua nota obtida não foi satisfatória. Arelado a isso, a consequência pode se esbarrar no insucesso escolar, especialmente no ensino de língua portuguesa, pois, a depender da forma pela qual a leitura e a escrita são apresentadas na escola, as noções que as crianças têm desses dois processos vão-se modificando, ficando confusos e até por vezes truncados. É preciso ressaltar, pois, que as crianças dão sentido à escrita conforme as experiências vividas e os conhecimentos adquiridos. Porém, se a escola não percebe isso, termina confundindo falta de conhecimento da criança com incapacidade mental ou motora, levando a uma avaliação desta como inapta para aprender, e por vezes até justificando para que não se ensine nada a ela, gerando uma carência muito maior quando a mesma chega aos anos finais do ensino fundamental.

Destarte, ainda de acordo com a Fundação Lemann, mais de 19% dos alunos reprovam no 6º ano, principalmente em língua portuguesa. Esta situação reflete o grande desafio acerca da transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental para que não aconteça o insucesso escolar. Contudo, se a escola não funciona para o sucesso do aluno, que trocando em miúdos, seria a garantia do direito de o mesmo aprender, então, a falha da instituição gera o fracasso de toda a comunidade escolar. Isto porque, o sistema não fora capaz de motivá-los, integrá-los, acreditarem na própria capacidade e fazer com que tivessem êxito, tornando-se, portanto um tremendo desafio, já que



todos os casos individuais se transformaram em problemas sociais.

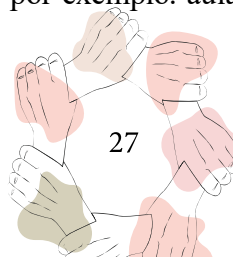
De acordo com OLIVEIRA (2015)

Ouvindo tanto os pais quanto os profissionais da escola o que se percebe é o cansaço que essas crianças causam em seus pais e professores e a dúvida de como eles, sendo tão ágeis e inteligentes, não conseguem prestar atenção e desenvolver, com sucesso, atividades corriqueiras do dia-a-dia, que são propostas tanto pela família quanto pela escola, tais como arrumar o quarto, fazer as lições escolares, obedecer a regras combinadas, dentre outras. A incapacidade de prestar atenção ou de ficar quieto leva os adultos que convivem com essas crianças a considerá-las malandras e, frequentemente, são rotuladas de irresponsáveis, malcriadas, endiabradas, avoadas, surdas e até mesmo, pouco inteligentes. O rol costuma ser de adjetivos pejorativos e, como resultado, os pais e educadores vivem conflitos entre sentirem-se impotentes diante da criança e a vontade de ajudá-los. Não percebem o esforço que essas crianças fazem para obter sucesso em suas tarefas e que se fazem coisas com aparente facilidade é porque estavam altamente estimulados para aquela investida.

Diante do exposto, em primeiro lugar, a escola deve compreender que alunos com dificuldade de aprendizagem não são incapazes de aprender. É papel da escola, portanto, quebrar certos rótulos e paradigmas de que um aluno com dificuldade de aprendizagem é “deficiente” ou “fraco”. Também é essencial que os profissionais e professores tenham conhecimento sobre as diversas dificuldades de aprendizagem, já que todos eles vão influenciar o avanço e melhoria do aluno e por último, a importância do engajamento da família no acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem.

Para que as escolas formem cidadãos críticos e atuantes na sociedade é preciso ir muito além com a nossa educação. Conforme Antunes (2003) é necessário que cada profissional envolvido com o processo ensino-aprendizagem discuta a educação de forma reflexiva, crítica e criativa. Os professores precisam trabalhar com o objetivo de formar cidadãos para o exercício fluente, adequado e relevante da linguagem verbal, oral e escrita, capazes de criticar, opinar e decidir. (KUSIAK, 2002).

Para isso, quanto mais variadas estratégias cada um se apropriar, melhor será o resultado do que se pretende alcançar nesse aspecto, por exemplo: aula expositiva e dialogada; aulas práticas;



tempestade cerebral; aula demonstrativa; estudo dirigido; resolução de exercícios; leituras e escrita de diversos gêneros, discussão e debates; laboratórios e oficinas; estudo do meio; dinâmicas de grupo; trabalho em grupo; trabalho em dupla, pesquisa, entre outros, que bem aplicados, poderão adequar metodologia ao conteúdo trabalhado. A este conjunto de iniciativas, podemos denominar “intervenção psicopedagógica”, ou seja, ação conjunta, mediação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e que possam ser estimulados reciprocamente, por força da interação a que estão submetidos.

Segundo KUSIAK (2002):

Na perspectiva discursivo-interacionista, o ensino da língua é uma atividade interativa, inserida no universo das práticas sociais, discursivas, envolvendo interlocutores, propósitos comunicativos determinados e realiza-se sob a forma de textos, mais especificamente sob a forma de diferentes gêneros de textos. Esta prática deveria se sobressair em nossas escolas.

Portanto, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, especialmente no ensino da Língua Portuguesa, um dos desafios seria rever e/ou reorientar a prática pedagógica, o planejamento e a didática utilizada pelos professores no ensino da própria língua, mas dentro de um contexto maior, ou seja, o aluno deve ser protagonista do processo. Para isso, toda a comunidade escolar precisa refletir sobre o seu real papel, reelaborar estratégias para que o aluno adquira a competência ou habilidade que ainda não tenha completamente sido atingida. E desta forma, o aprendizado seria mais significativo para o aluno e o processo educativo ganharia qualidade.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO INSUCESSO ESCOLAR

As causas do insucesso escolar podem está relacionadas com o ambiente em que o aluno está



inserido, ou seja, com o seu meio familiar, social e escolar. Em cada um destes há uma diversidade de fatores e situações que poderão levar a um caso de insucesso.

Nesse sentido, Cury (2003, p.31) enfatiza:

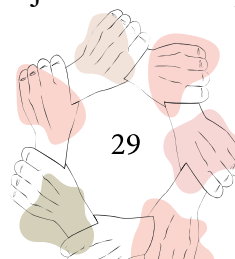
Que educação é esta que fala sobre o mundo em que estamos e se cala sobre o mundo que somos? Pergunte sempre aos seus filhos: “O que está acontecendo com você?”, “Você precisa de mim?”, “Você tem sofrido alguma decepção?”, “Você tem vivido alguma decepção?”, “O que eu posso fazer para torna-lo mais feliz?”

No meio familiar essas questões acontecem desde a precipitação dos pais em fazerem os seus filhos entrar na escola com menos idade até a indiferença desses mesmos pais no acompanhamento da vida escolar dessas crianças. Paralelo a isso ainda pode destacar o mau ambiente entre os pais, onde se percebe muitas vezes as sucessivas discussões, além dos motivos econômicos, ou seja, o aluno se vê como mais uma despesa e por isso, vai trabalhar para ajudar nas questões familiares, dedicando, portanto menos tempo aos estudos. É preciso, pois, alimentar o interior de cada aluno. Ajudá-los a desenvolverem a capacidade crítica e não permitir que eles vivam com os pesadelos, mas em campo de sonhos, assim, eles serão livres para escolher e decidir.

Já no meio social, muitos alunos se deparam com a falta de popularidade entre os colegas ou mesmo com o excesso de atividades extracurriculares.

Buscar construir o sujeito, sua infância, frente as suas condições sociais relacionadas aos aspectos históricos e culturais, visa situar este sujeito em seu lugar social, perceber como este interage com a temporalidade, como se constitui como sujeito. Neste sentido, visa problematizar os processos de historicidade e socialização existentes em seu cotidiano: quem é esta criança que se apresenta sobre nosso olhar? (Maia, 2007, p.47).

Diante desse contexto e da atual conjuntura da vida pós-moderna, avalia-se que indivíduo e



sociedade não existem isoladamente e de forma unilateral. As mudanças que perpassam ao longo da existência de ambos são decorrentes da ligação de cada qual, ou seja, homem x sociedade, além do pluralismo e não da individualidade como em uma grande teia. Em meio a essas reflexões há reconhecimento do sujeito como flexível, mutável e indissociável da sociedade, na qual assume inúmeros papéis de acordo com os costumes do seu meio.

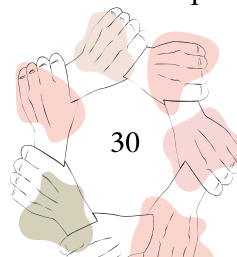
Nesse sentido, OLIVEIRA (2015) nos chama atenção:

Tem sido muito comum nos consultórios de psicopedagogia a queixa de pais que verdadeiramente desabam, denunciando estarem exaustos com a rotina estressante que seus filhos lhes impõem. Discorrem as várias estratégias já tentadas com o objetivo de atendê-los em suas necessidades e agitação, todas elas, na maioria das vezes, ineficazes. Os pais compreendem o que acontece com seus filhos e ficam perplexos diante do tumultuo que causam em suas famílias.

Então, há de se levar em consideração todo o entorno em que o aluno esteja inserido para que a aprendizagem deste venha acontecer de fato e de direito. Dessa forma, a escola é propulsora nessa caminhada rumo ao conhecimento. Pois, este é quem assegura ao indivíduo, o respeito à sua maneira de pensar e agir. Além disso, haja vista no momento que tudo isso deve ser considerado de maior importância na elevação social, no atual momento de grandes e significativas mudanças globais. Não estamos falando de um conhecimento compartilhado, mas um saber amplo, duradouro, crítico e emancipatório. E isso só é possível, se a escola abrir as portas para uma educação que garanta ao sujeito o direito dele aprender, que respeite as experiências vividas e instigue o aluno a pensar sobre o seu papel nos diversos aspectos de sua vida.

De acordo com PONTES (2005):

Os professores recebem diariamente em suas salas de aula alunos que não aprendem o que se espera que eles aprendam. Nesse sentido, não é possível negar a realidade do fracasso escolar. Contudo, o fracasso escolar não é um fato que possa ser constatado pela experiência. É, antes, uma forma de verba-



lizar a experiência e a prática, de recortar, interpretar e categorizar o mundo.

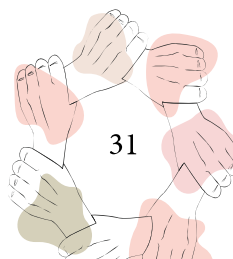
Dessa forma, e não querendo esgotar todas as causas que levam ao insucesso escolar até o momento, destaca-se, ainda, o próprio meio escolar. Isto porque, a preparação deficiente nos anos escolares anteriores trazem inúmeras consequências: a falta de estudo e/ou interesse pela escola e disciplinas lecionadas; o mau funcionamento da própria escola; os métodos não eficazes estabelecidos pelo professor para ultrapassar as dificuldades do aluno e o elevado número de alunos numa mesma turma são algumas situações que precisam ser repensadas por todos que fazem parte da cultura escolar.

(...) é crucial a formulação de um projeto de educação escolar que se posicione em relação às obrigações sociais do Estado, à organização do sistema nacional de ensino e aos temas mais recorrentes da questão escolar: gestão, currículo, avaliação institucional, profissionalização de professores e processo de ensino e aprendizagem. (Libâneo, 2001, pág. 7).

Assim, a escola precisa ressignificar o seu papel. Com isso, os alunos adquirem criticidade e tentam contrariar este tipo de situação, pois a escola é um instrumento essencial para uma formação profissional e, possivelmente uma situação econômica estável, mediante o nível social, onde os alunos têm a oportunidade de expandirem os seus horizontes e de experimentarem diferentes sentimentos.

Nesse cenário, OLIVEIRA [2015] relata que:

(...) o insucesso escolar fica vinculado à compreensão que se tem do papel da escola. Se entendermos que o papel da escola é construir conhecimento com “todos” os alunos, certamente os profissionais da escola procurarão formas de promover aprendizagens. A rigidez da escola pode gerar, além do fracasso escolar e do sentimento de incapacidade, uma situação emocional desfavorável à aprendizagem, gerando baixa autoestima e desestimulando e dificultando, ainda mais, a aprendizagem da criança ou do adolescente. Não é raro um aprendiz apresentar-se dizendo: “Sou burro para os estudos”. Igualmente importante e, talvez até mais determinante, é a rigidez da família ao não aceitar seu filho como ele é e entender que cada um de nós tem suas dificuldades e pontos a serem superados.



Contudo, os jovens nem sempre encaram a escola de uma forma positiva e o insucesso escolar pode provocar uma multiplicidade de consequências como: a desmotivação, o desinteresse ou mesmo o abandono da escola, uma baixa autoestima, o afastamento de colegas e amigos, a entrada para o caminho das drogas, a tendência para a criminalidade, entre outros.

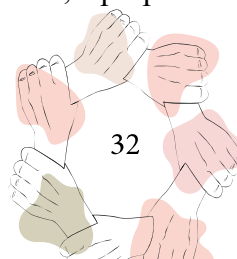
Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa sucesso é “2.1. bom resultado; êxito, triunfo; 3. pessoa ou coisa vitoriosa, de grande popularidade (...)”.

Vê-se, então, uma impossibilidade de promoção do sucesso na escola brasileira, hoje. Ora, para haver sucesso é necessário ter pessoas conscientes: alunos, educadores, pais, entre outros, dos quais se constituem nesse processo. E mais: que o processo seja transparente e honesto, com a participação eficaz de todos os que nele estão inseridos.

Nesse sentido, PONTES (2005, p. 35) considera que:

(...) são objetivos da educação contribuir para que a interação e convivência da criança na sociedade sejam produtivas e marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito, e facilitar e incentivar atitudes de cooperação social e responsabilidade moral, então a escola tem papel fundamental na qualidade dos relacionamentos que o sujeito vai estabelecer na sua vida. Além disso, é essencial, para uma aprendizagem de qualidade, que a criança esteja motivada e envolvida nas ações propostas e o professor é o principal responsável por estimular e criar condições para essa motivação, garantindo o desenvolvimento integral de seu aluno.

De acordo com a autora, o sucesso escolar implica diversos outros fatores. Dentre eles, podemos ressaltar a importância da autoestima e autoconceito da criança, das concepções das crianças acerca da leitura e escrita, da relação professor-aluno e da postura do professor frente aos problemas que as crianças enfrentam. Por considerar esses fatores fundamentais para o sucesso escolar e por estarem, os quatro, intimamente relacionados, a proposta é discuti-los aqui, embora diversas vezes isso

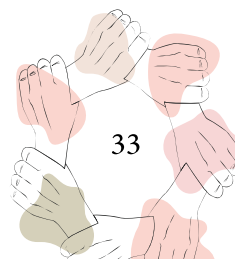


já tenha sido debatido nos diversos segmentos da educação. Inclusive por meio de políticas públicas, o próprio Ministério da Educação projetou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, objetivando metas que contribuíssem para que as escolas e secretarias de educação pudessem viabilizar o atendimento de qualidade aos alunos, com foco nas salas de aula.

O MEC precisava identificar as redes de ensino municipal ou estadual que apresentam maiores dificuldades no desempenho escolar, para então dar uma maior atenção, apoio financeiro e de gestão a estas instituições. Com esta finalidade o PDE, disponibilizou um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Ideb seria, portanto, o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil. Ele seria calculado através de dois indicadores: fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir, avaliado pelo Programa Educasenso) e desempenho dos estudantes (avaliado pela Prova Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática). (Brasil, MEC, 2008)

Contudo, para que as causas e consequências do insucesso escolar, associadas, dentre outros, a problemas familiares, cognitivos, psicológicos e neurológicos da criança superem as barreiras no processo de aquisição do conhecimento, será preciso, independente de conceituações, legislação, políticas públicas, entre outros, considerar os que ensinam e os que aprendem para lidar com uma infinita diversidade que irão encontrar em uma sala de aula, pois cada qual advém de diferentes culturas, histórias, famílias, expectativas, experiências e pensamentos próprios. E, o fracasso escolar é uma chaga que atinge os alunos e pela exclusão social que se projeta na vida adulta poderá trazer sérias consequências se não for identificado e proceder a uma intervenção a tempo por parte de todos os envolvidos no contexto da escola.

Em uma retrospectiva da instituição escolar no Brasil, vemos que há muito já temos políticas educacionais e um discurso no sentido de se oferecer uma escola de qualidade para todos, de acabar com o analfabetismo e instituir metas de colocar ‘todas as crianças na escola’. (Pontes, 2005, p.36).



Dessa forma, vale salientar que a educação não é mérito de um único professor ou de uma única escola, mas é o objetivo de todo docente e de toda comunidade escolar, nesta se insere desde o porteiro da instituição até chegar à família. Ninguém escapa da educação, pois em casa, na rua, na igreja ou na própria escola, todos nós envolvemos partes da vida com ela, visto que esta se traduz em troca permanente de vivências, experiências e, é assim que se aprende e também se ensina. É preciso, ainda, saber, para saber fazer ou para conviver. Todos os dias se misturam a vida social, cultural com a vida da educação. O que muitos ainda não conseguiram entender ou talvez não entendam mesmo é que o aluno é um sujeito que tem a sua própria vida antes de iniciar a sua complementação na escola. Portanto ele pensa, ele sabe de muita coisa. Ele não chega vazio. Ele precisa apenas que as pessoas novas, que aquele novo mundo acredite que ele tem a capacidade para aprender e chegar a esse tão discutido sucesso escolar.

É importante reunir, para conversarem, os profissionais que atendem a criança, a família e os professores e coordenadores pedagógicos da escola que frequenta, para que seja traçado, para cada caso, uma linha de ação em termos de responsabilidades da escola, da família e dos profissionais que lidam com a criança. O que deve permear essa reunião é a coerência entre as diferentes propostas e possibilidades concretas de se realizar o que se propõe. A escola assume o papel pedagógico do processo, no entanto, respaldada pelos profissionais que atendem a criança e validado pelos pais. (Oliveira, 2015).

Entendemos, portanto, que o grande objetivo da escola e da educação é construir sujeitos aprendizes, autores de sua vida e resilientes para promoverem aprendizagens e enfrentarem suas dificuldades. Muitas vezes com o olhar mais de perto ou mesmo um toque afetivo pode alcançar ou instigar o sucesso das pessoas. Decerto que devemos levar em consideração a parte governamental. Cada um precisa se responsabilizar pelo que assume diante da vida pessoal ou profissional. No entanto, as ideias, os projetos não podem permanecer apenas nas mentes ou nas gavetas. Isto não basta.

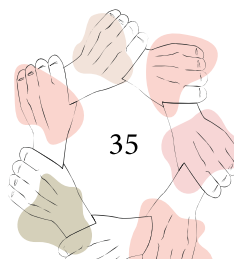


É preciso que as leituras saiam do pensamento, do papel e passem a ter vida, porque são muitos os estudos, as discussões e, infelizmente vemos uma prática um pouco distante da realidade. O que fazer para um aluno que frequenta a escola desde os quatro anos de idade chega ao ensino fundamental II e ainda sequer sabe extrair informações básicas de um texto simples? O que fazer para um aluno que vem de uma desestrutura familiar ou social e não consegue se concentrar nos conteúdos ensinados? O que fazer para um professor que há muito perdeu a vontade de ensinar? O que fazer quando se depara com uma gestão escolar que ao menos sabe o significado de gestão? O que fazer com um secretário de educação que apenas preenche o cargo político sem compromisso com a educação?

Poderíamos elencar vários questionamentos que traz como consequência o insucesso escolar, mas, infelizmente a maioria deste insucesso se esbarra naquele que deveria ser o protagonista do processo educativo: o aluno. Desse modo, podemos entender esse pensar sobre educação e fazer educação como uma nova forma de fazer política voltada para os interesses dos grupos num movimento de ação, reação, reflexão, que nos faz compreender a politicidade inerente aos processos educativos. Por outro lado, ressalta-se a importância da afetividade na vida do aluno, pois esta sempre se apresenta na vida dos seres humanos, seja qual for o ambiente onde eles se encontram, na família ou qualquer que seja a instituição as relações pessoais, familiares e o processo de aprendizagem estará sempre influenciada pela afetividade.

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA PARA O PROBLEMA DA REPROVAÇÃO E INSUCESSO ESCOLAR

Para que a intervenção psicopedagógica aconteça com sucesso o psicopedagogo ou educa-



dores precisam muito mais do que dominar técnicas de psicologia e/ou pedagogia. Desta forma, eles devem estar sempre se atualizando nos assuntos que permitem compreender o sujeito aprendiz na maioria de suas manifestações, tanto psíquicas, quanto motoras, sociais ou biológicas, visando a prevenção como eixo principal do seu trabalho.

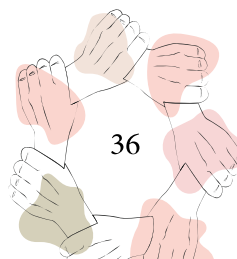
Neste sentido, autores como BOSSA (2000) nos ajuda a entender que a psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda sobre o problema de aprendizagem e como se preocupa com esse problema, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem, estudando assim, as características da mesma. Já SCOZ (1994) nos diz que o objeto de estudo da psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico. O primeiro considera o objeto do estudo de psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento enquanto educável, e o segundo, uma identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.

Diante do exposto, percebe-se que para proceder a uma intervenção psicopedagógica no enfrentamento de problemas relacionados à reprovação e conseqüentemente ao insucesso escolar não é tarefa simples, pois, somente poderemos reverter tal situação a partir de uma ação conjunta, ou seja, uma mediação entre os sujeitos envolvidos nesse contexto e que possam ser estimulados reciprocamente por força da interação a que estão submetidos.

Segundo SILVA (2007):

Uma das principais violências praticadas contra os alunos é a covarde reprovação escolar. Os alunos mais contestadores ou rebeldes são sistematicamente suspensos ou expulsos da escola pública. Isso mesmo sabendo-se que a Constituição Federal garante o acesso e a permanência na escola pública.

Isto significa que, dentre as várias formas de violências reais enfrentadas pelos alunos, a



simbólica da reprovação escolar é a mais covarde, pois, aparentemente se esconde na mediação pedagógica, além de responsabilizar os mesmos pelo insucesso da escola. Sendo assim, acabam com a autoestima do aluno e em nome desse insucesso livram a má qualidade da escola que por vezes não se preocupam com as condições ofertadas em relação ao processo do ensino e da aprendizagem.

De acordo com MAYA & FISCHER (2008, p. 77):

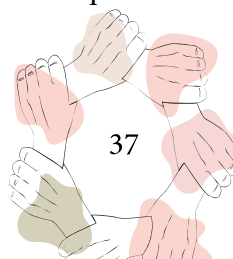
(...) o processo de intervenção psicopedagógica é imprescindível. Tanto no espaço educativo, como em outras instituições em que ocorram os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma devemos saber reconhecer, diferenciar o que é próprio do fracasso escolar e o que é parte do processo sintomático das dificuldades de aprendizagem.

Assim, a intervenção psicopedagógica é sempre da ordem do processo de aprendizagem humano, o qual jamais está dissociado de processos de ensino. Logo, um aluno reprovado e que apresenta uma condição socioeconômica desfavorável, que não recebe o incentivo correto para o estudo em casa e que ainda apresenta problemas de fundo biológico estará fadado ao insucesso escolar.

Sem dúvida, estamos tratando de um tema complexo. Portanto, faz-se necessário uma série de questionamentos antes de proceder a um trabalho pedagógico de intervenção referente ao assunto em estudo: de que maneira o professor poderá desempenhar um trabalho de qualidade em meio a um universo tão diversificado de situações encontradas na sala de aula ou mesmo na escola? Como lidar com a falta de perspectiva de jovens alunos, onde muitos destes vêm de uma cultura de reprovação? Como fazê-los sonhar com um futuro possível e cheio de empenho e dedicação? De que maneira a escola pode promover a confiança e a esperança entre os seus alunos e professores? E como intervir nas questões advindas de circunstâncias de vida tão adversas, que levam ao desânimo, à acomodação?

Nesse sentido, FREIRE (1996, p.30) relata que:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo



os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, (...), discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

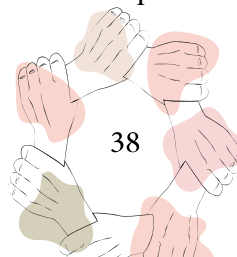
Portanto, as questões sociais referentes à família, à instituição escolar, à política, à religião ou qualquer outro âmbito social, não são solucionadas buscando-se apenas um culpado, neste caso, o aluno, que é apresentado como responsável pelos seus problemas de indisciplina. Ao contrário do que se imagina, as razões pelas quais a (in) disciplina ocorre, estão direta ou indiretamente, distribuídas igualmente entre a escola, os familiares, a ausência de limites, as desigualdades sociais, o aluno e o professor. Embora as justificativas estejam centradas, quase sempre, em problemas na família, em influências da televisão, da sociedade, da mídia como um todo, nas carências, as mais diversas, exime-se a escola ou mesmo o educador de qualquer responsabilidade.

Além disso:

Por um lado, as famílias aumentaram em número, mas a realidade é que a convivência diminuiu. Certamente não por opção, mas por necessidade, pelas exigências do mercado de trabalho, do custo de vida, dentre outras. [...] A família tem então um enorme poder tanto para o bem como para o mal. Quando vivemos a Cidadania Familiar, colocamos no mundo seres humanos com potencial transformador da dura realidade que vivemos, tanto social, quanto ecológica. Quando os criamos egoístas, individualistas, sem ética e valores, estamos alimentando essa doença social que vemos não só no Brasil, mas no mundo todo. (TIBA, 2007, p.221).

Já visto anteriormente, a família exerce um papel muito importante e fundamental na vida de seus filhos/estudantes. Mas, complementando essa afirmativa, há várias dificuldades de aprendizagem que requer da família muito empenho e compromisso, pois a escola, independente das situações, não dá conta sozinha.

No Brasil, diversos estudos evidenciam que o insucesso escolar está mais presente na vida de



jovens e adolescentes de escolas públicas. Vele ressaltar, portanto, que a presença de fatores de proteção pode contribuir para diminuir o impacto dos riscos, podendo, para isso ser promovida algumas estratégias de prevenção.

De acordo com Viégas (2015, p.159):

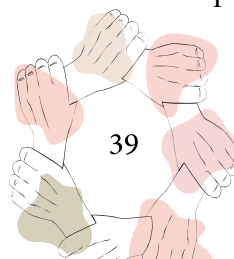
Em “Psicologia e Ideologia” (1984), Patto chama a atenção para a participação ativa da escola no “processo de cassação da palavra do oprimido”, por meio de programas educacionais que impingem aos alunos um jeito de falar, pensar e agir que bloqueia sua expressão autêntica. Segundo a autora, aos alunos pobres restam duas possibilidades: “desistir (calar em classe ou abandonar a escola, após algumas reprovações) ou esforçar-se para corresponder e assimilar os padrões impostos” (p. 138).

Nesta direção, a reprovação em língua portuguesa, que por vezes traz como consequência para o aluno o insucesso escolar pode ser causada por diversos fatores, sejam eles de ordem psicológica, social, estrutural e/ou organizacional da própria escola ou mesmo do sistema de ensino.

De acordo com a Revista Científica Eletrônica de Pedagogia (2012):

No Brasil, desde a década de 80 existe a preocupação em melhorar a qualidade do ensino de Língua Portuguesa, por conta do fracasso escolar em relação à questão de leitura e escrita. Devido à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e escrever tem aumentado o nível de repetência [...].

Sendo assim , segundo Maya & Fischer (2008), há uma crescente necessidade de se promover ações de intervenção psicopedagógica, priorizando “um trabalho visando à aprendizagem, a interdisciplinaridade, o atendimento das necessidades apresentadas pela instituição e alunos” no intuito de amenizar ou quiçá, reverter os altos índices de reprovação na disciplina de língua portuguesa, tendo em vista que a linguagem é a expressão de um povo e que por meio desta, o cidadão compreende e age no mundo e no seu entorno. Por outro lado, os parâmetros curriculares de língua portuguesa (1997) apontam as evidências de insucesso escolar na disciplina e apresenta “a necessidade da rees-



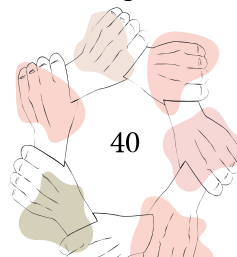
truturação do ensino de Língua Portuguesa, com o objetivo de encontrar formas de garantir, de fato, a aprendizagem da leitura e da escrita”.

Em uma pesquisa publicada no Estudando do Portal Estudando Educação, com o tema “Os alunos reprovados no Brasil: uma análise das proficiências e das taxas de abandono por meio das avaliações Prova Brasil e Pisa” analisada por FARIA (2011), dentre os vários aspectos observados, o autor ressalta que garantir a aprendizagem se torna mais complexo no final do Ensino Fundamental e, especialmente, no Ensino Médio, já que é mais difícil desenvolver habilidades socioemocionais nos alunos quanto mais avançada a etapa em que estão. Ainda mais considerando que muitos chegam à escola sem a cultura de estudar e/ou sem terem desenvolvido habilidades como disciplina e foco.

(...) apesar de sinceramente concordar com os desafios existentes em sala de aula e com a complexidade da questão, sigo acreditando que a reprovação massiva de alunos não é a melhor saída para esses desafios. (FARIA 2011).

De acordo com o autor, a família tem grande importância no desenvolvimento das competências socioemocionais. No entanto, ele atribui à escola, a importância de buscar ser também protagonista neste processo, nutrindo altas expectativas pelos alunos, independentemente do contexto. Segundo o mesmo autor, outro aspecto relevante de abordar é que a baixa escolaridade de muitos pais e/ou o pouco tempo que eles têm para acompanhar as atividades escolares de seus filhos devido às longas jornadas de trabalho, exigem que a escola busque ser protagonista no processo. Para ele, ser protagonista não indica tentar resolver sozinha a questão, mas propor ações para engajar os pais e a comunidade.

Diante do exposto, em primeiro lugar, a escola deve compreender juntamente com a família que alunos com dificuldade de aprendizagem, reprovados ou com insucesso na escola não são incapazes de aprender. É papel da escola, portanto, quebrar certos rótulos e paradigmas de que um aluno

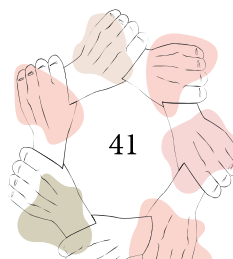


com dificuldade de aprendizagem é “deficiente” ou “fraco”. Também é essencial que os profissionais e professores tenham conhecimento sobre as diversas situações de vida desse sujeito, pois cada um tem a sua própria história, e que muitas vezes é desconsiderada ao entrar na escola. Portanto, quanto mais variadas estratégias cada um se apropriar, melhor será o resultado do que se pretende alcançar no sentido de intervir psicopedagogicamente no processo do ensino e da aprendizagem.

Dessa forma, e sem pretensão de encerrar o que por ora está sendo apresentado nesse estudo, propõem-se, tendo por base diversas leituras, vivências e análises feitas por profissionais da educação, alguns instrumentos psicopedagógicos e estratégias de intervenção que aliados à discussão e diálogo compartilhados com a comunidade escolar poder-se-á alcançar o sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

São eles:

- a) Reunião com os professores e equipe gestora para refletir com todos acerca da ressignificação de seu papel e orientações para a condução dos trabalhos;
- b) Roda de conversa com os familiares, no intuito de fortalecer a relação família-escola e contribuir para a superação das dificuldades no processo educativo dos filhos;
- c) Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos alunos, através de plantão pedagógico na escola;
- d) Reunião com os professores e coordenadores, visando à elaboração de uma proposta pedagógica que atenda às especificações das dificuldades de aprendizagem identificadas;
- e) Circuito de Troca de Experiências e Vivências Pedagógicas entre os professores para: analisar e resolver problemas, elaborar e desenvolver projetos e atividades na área da linguagem com o suporte das novas tecnologias de informação e comunicação;



- f) Roda de conversa com os alunos por grupos específicos, conforme a demanda de dificuldades diagnosticadas para o alcance de resultados positivos;
- g) Realizar momentos de autoavaliação com todos os segmentos da escola; e
- h) Reunião com a equipe gestora da secretaria de saúde para firmar parcerias.

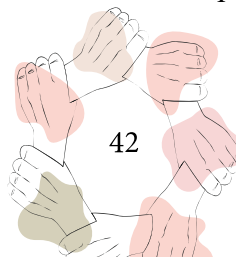
Dessa forma, ressalta-se que este é um trabalho para o psicopedagogo que tenha ciência das atividades que estão sendo desenvolvidas pelos professores e os demais membros da escola, que saiba dos procedimentos de gestão e que ajude a mesma a realizar com precisão as tarefas, sempre em constante movimento e elo entre a equipe que realiza as ações com o acompanhamento de forma multidisciplinar e a família dos envolvidos nesse contexto. Assim, e por isso, é necessário investigar todos os aspectos que possam estar contribuindo de alguma forma para a problemática do insucesso da escola, no sentido de intervir da melhor maneira possível.

Enfim, todos estarão ajudando a reverter às dificuldades de aprendizagem identificadas, principalmente, observando o aluno e auxiliando o seu processo de aprendizagem, tornando tanto o ambiente escolar harmonioso, quanto as aulas mais motivadas e dinâmicas, e nunca rotulando a criança, mas dando-lhe a oportunidade de descobrir suas potencialidades.

Segundo MAYA e FISCHER (2008):

O ser humano aprende desde o nascimento, assim está em constante processo de aprender, ou seja, essa ação dá-se ininterruptamente provocando ajustes, mais modificações por parte do sujeito, o qual tem atuação que interfere no contexto do qual participa, como também, suas relações irão influenciá-lo inteiramente.

Finalmente, esperamos que o presente estudo sirva de norte ou mesmo foco para as futuras linhas de pesquisa que se relacionem com a discussão apresentada para a superação desses agravam-

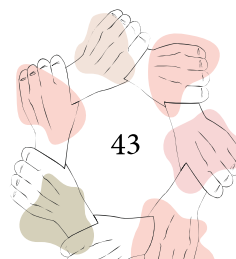


tes nas salas de aula; que vem gerando debates e embates na política educacional e que possamos visualizar a mudança de paradigmas existentes em busca da melhoria da aprendizagem de forma prática, pois se há insucesso na escola, neste se integra todos os envolvidos e não apenas o aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos o ensino da leitura, da escrita e a reflexão sobre a língua na escola enfrentou sérias dificuldades no que se refere à aprendizagem. Isso se torna evidente a cada estudo desenvolvido nessa área. Com o presente estudo não foi diferente, pois ao elencar as causas da reprovação na disciplina de língua portuguesa e seus diferentes fatores para proceder às ações de intervenção psicopedagógica no contexto do insucesso escolar dos alunos, deparamos com inúmeras situações, desde as mais simples às complexas: falta de acompanhamento da família na vida escolar de seus filhos, contexto social e econômico fragilizado, ausência de formação permanente e significativa dos professores e o próprio ambiente da escola que não dá conta da demanda existente, principalmente quando se refere a alunos que tem muitas dificuldades com leitura, textos e outros no ensino da língua.

Diante do contexto apresentado foi preciso buscar a descrição das principais características e significados do conceito de reprovação, insucesso escolar e intervenção psicopedagógica para poder entender quais os reais motivos que se relacionam com o insucesso escolar da criança ou jovem. Não foi difícil observar que estes estão inseridos no próprio ambiente em que o aluno vive, ou seja, com o seu meio familiar, social e escolar. No entanto, em cada um destes há uma série de fatores e situações que poderão levar a um determinado caso de insucesso: a origem social dos alunos, ainda tem sido a causa mais apontada para justificar os maus resultados. No nível familiar, tem-se realçado,



sobretudo, as profissões dos pais e o que está em íntima relação com o seu nível sociocultural e socioeconômico. Dessa forma, vários autores consideram que é nos alunos oriundos das classes sociais mais desfavorecidas a nível sócio-econômico-cultural que há maior incidência de insucesso escolar. Outro fator identificado desse insucesso se esbarra na escola, onde incide a maior taxa de reprovação, principalmente na disciplina de língua portuguesa. Neste contexto, a reprovação pode ser vista como algo antipedagógico, já que, o aluno que reprova uma vez tende, de acordo com alguns estudiosos dessa área, ao fracasso.

Assim, constatou-se, também, ao identificar as causas e consequências do insucesso escolar na disciplina de língua portuguesa uma multiplicidade de consequências como: a desmotivação, o desinteresse ou mesmo o abandono da escola, uma baixa autoestima, o afastamento de colegas e amigos, a entrada para o caminho das drogas, dentre outros que ainda se pode agravar em virtude de uma deficiente orientação vocacional dos alunos, os quais não dispõem nas escolas de serviços de informação e orientação adequados.

Por fim, a própria metodologia e a forma de avaliação feita pelo professor pode fomentar o insucesso escolar. Percebeu-se tal situação quando se buscou ações de enfrentamento com vistas à intervenção psicopedagógica para o problema da reprovação e insucesso escolar na disciplina de língua portuguesa, pois muitos não consideravam o aluno na sua particularidade e com características que lhe são próprias e, portanto, refletem no seu processo de aprendizagem.

Diante dessas situações, a escola, juntamente com a família deve ter uma formação para reflexão-ação-reflexão, para de fato acontecer à mudança que se espera. Do contrário, todos fracassam, todos terão insucesso, pois, este insucesso escolar é atribuído, não só ao indivíduo aprendente, como também a uma grande diversidade de agentes, tais como a própria escola, a família, a sociedade, den-



tre outros, dos quais direta ou indiretamente se relacionam com o contexto de educação.

Finalmente, vale ressaltar que este trabalho pretendeu discutir algumas diversidades de situações que se deparam com o insucesso escolar de alunos reprovados na disciplina de língua portuguesa. Certamente, há muitas outras. Além disso, buscou-se também, estudos sobre a importância de uma Intervenção Psicopedagógica que aponte possibilidades e perspectivas de mudança, procurando (re) pensar proposições assertivas sobre a escola, os professores, a família e especialmente os alunos dentro de um projeto de educação que não se busque culpados, mas, a esperança no caos. Para isso é preciso ouvir mais, ver mais e sentir mais. Isto é possível? Então, comece por você.

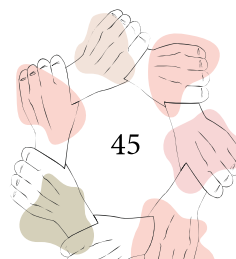
Transmitir as experiências de vida e levar consigo mais experiências. Inspirar os alunos, motivá-los a enfrentar seus desafios e criar perspectivas de mudança faz parte das possibilidades que existe dentro de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: editora Papirus, 1995.

ANTUNES, Irlandé. A aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 8ª ed., 2003.

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.



BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Brasil. Ministério a Educação e do Desporto. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. – Brasília: 1997.

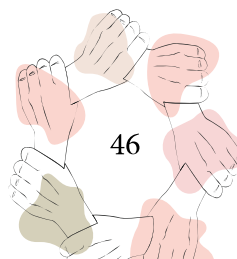
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil. Ensino Fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, Inep, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização & Linguística. São Paulo: Scipione, 2009.

CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FARIA, Ernesto Martins. Os alunos reprovados no Brasil: uma análise das proficiências e das taxas de abandono por meio das avaliações Prova Brasil e Pisa. Estudando Educação: Portal de Estudos e Pesquisas em Educação. Disponível em: file:///C:/Users/Geane/Desktop/PSICOCL%C3%8DNICA/8_TCC/estudando-nc2ba-1-versc3a3o-finalv2.pdf em 02 de abr de 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



KUSIAK, Sandra Mara. Uma Análise da Prova Brasil com Enfoque nos Processos de Leitura e Escrita. IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa da Região Sul, 2002.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

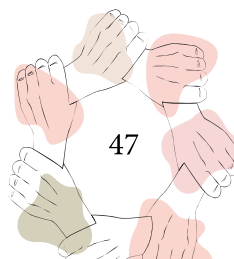
MAYA & FISCHER, Christiane Martinati, Viviane Trindade. Intervenção psicopedagógica institucional. Canoas: ed. ULBRA, 2008.

MAYA, Christiane Martinati. Desenvolvimento e aprendizagem. Canoas: Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação e Pós-Graduação de Ensino a Distância, ULBRA, 2007.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora de. Curso: Psicopedagogia Disciplina: Avaliação Psicopedagógica. Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena: Pós-Graduação Lato Sensu. Disponível em: https://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20130320152830.pdf [2015?]

PARÂMETROS CURRÍCULARES NACIONAIS. Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília, 1997.

PONTES, Patrícia Casasanta. Sucesso ou Fracasso Escolar: uma Questão de Relação Professor-Alu-



no. Monografia de graduação em Psicologia na Faculdade de Ciências da Saúde: Centro Universitário de Brasília, 2005.

Revista Científica Eletrônica de Pedagogia. São Paulo. Editora FAEF. 2012. Periódico semestral. ISSN: 1678-300X.

SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 6 Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

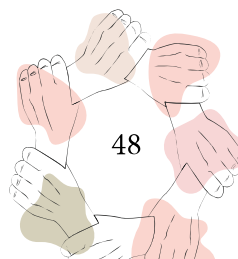
SILVA, Mauro A. ? Reprovação escolar é covardia. Coordenação Grêmio SER Sudeste. Disponível em: <http://www.geocities.com/coepdeolho/COE02502.htm> em 03 Dez 2007.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma proposta social. São Paulo: Ática, 1995.

TIBA, Içami. Quem ama educa: formando cidadãos éticos. São Paulo: Integrare Editora, 2007.

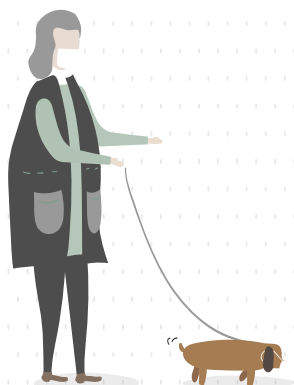
VIÉGAS, L. S. Progressão Continuada e Patologização: Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 1, Janeiro/Abril de 2015: 153-161.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.





Capítulo 3 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA EDUCAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)



AS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA EDUCAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

DIGITAL TECHNOLOGIES FOR EDUCATION OF PERSONS WITH AUTIS- TIC SPECTRUM DISORDERS (ASD)

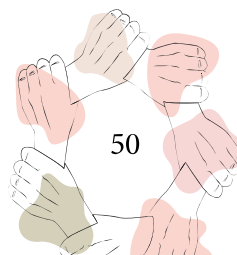
Danielle Santos Machado¹

Resumo: O processo de inclusão se faz primordial nos dias atuais. Muito ouvimos discorrer sobre isso. Dessa forma, esse trabalho se constitui de pesquisa bibliográfica a respeito do processo de uso de tecnologias digitais para a educação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nosso objetivo é compreender como as tecnologias digitais podem auxiliar no ensino da criança com TEA. Para isso, procuramos artigos científicos em bases de dados que discorressem a respeito do assunto em questão. Abordamos aspectos da criança com TEA, inclusão na escola, bem como a questão da tecnologia para inclusão desses alunos no ambiente escolar.

Palavras-chaves: Tecnologia. Autismo. Inclusão.

Abstract: The process of inclusion is paramount today. We hear a lot about this. Thus, the data research program for the teaching of digital technologies for the education of the person with Autism Spectrum Disorder (ASD). The TEA. For this, the scientific data are searched in databases that dis-

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação especial, Psicopedagogia clínica e institucional, Gestora do Instituto Kognitiv.



cuss the subject in question. We address aspects of the child with ASD, including at school, as well as the issue of technology for the student in the school environment.

Keywords: Technology. Autism. Inclusion.

INTRODUÇÃO

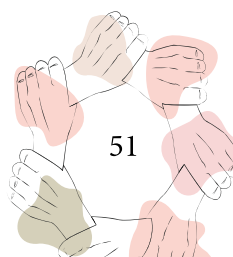
Incluir todas as pessoas, mesmo que tenham deficiência, é fundamental para a inclusão de todos. Esse passo deve ser iniciado em casa pela família, posteriormente na escola e na sociedade, as pessoas devem se adaptar a viver com as diferenças.

Diante das mudanças vividas no decorrer do processo escolar, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências.

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino.

O ambiente escolar tem passado por transformações no que diz respeito ao método de ensino, onde os professores têm se qualificado visando a qualidade de ensino e abrangência da demanda de alunos.

Quando o ambiente escolar é inclusivo e não pode excluir nenhum aluno, pois traz vantagens as crianças, além de abordar a questão de diversidade e igualdade, facilitando o processo de aprendizagem.



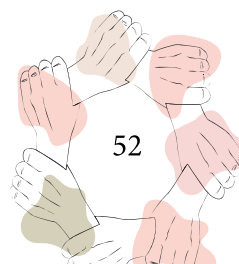
O processo de inclusão em escolas é algo bastante desafiador, tendo em vista a preparação que os profissionais precisam ter para receber esses alunos com deficiência, além da estrutura da escola que precisa estar adaptada para o recebimento de alunos com diversas deficiências. É necessário que os pais e profissionais estejam preparados para enfrentar as possíveis dificuldades existentes. Além disso, o professor precisa ter um olhar aguçado, que vai além do conhecimento teórico, para perceber e identificar as necessidades individuais dos alunos.

Na inclusão educacional, faz-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir de forma coletiva para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Entretanto, torna-se essencial que esses agentes dêem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, objetivando à melhoria do sistema educacional.

A implantação da educação inclusiva se mostra com limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares, para atender a demanda da educação básica e das classes regulares.

Vivemos uma época em que muito se fala de inclusão escolar com alunos com necessidades especiais na rede escolar, sendo assim esse artigo se trata de um tema extremamente atual, pois a cada dia a questão da diversidade tem aflorado em nosso cotidiano. A criança com TEA precisa ser alfabetizada, pois isso é fundamental para seu cotidiano social, tendo em vista as possibilidades de condições que facilitem o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.

As limitações que levam a adoção de políticas de educação inclusiva são basicamente de



duas naturezas distintas, as limitações de aspecto físico como a cegueira, a surdez, paralisia ou ausência de membros locomotores e as limitações de aspecto cognitivo que são patologias ou síndromes que comprometem a capacidade de aprendizagem do indivíduo. Por meio da utilização de ferramentas e abordagens de ensino específicas é possível contornar essas limitações, incentivando uma democratização do ensino e integração social das crianças com algum tipo de deficiência (PORTAL EDUCAÇÃO, 2018).

A adoção de interpretes de libras, impressão de materiais em Braille e construção de rampas de acesso são soluções destinadas as pessoas com limitações físicas.

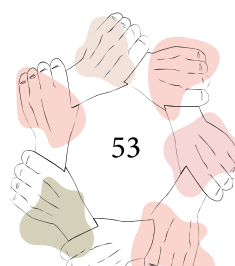
Para os autistas de limitações cognitivas é recomendada a estruturação minuciosa do plano de ensino e utilização de ferramentas de caráter mais lúdico que os meios tradicionais.

Diante do exposto, buscou-se responder a seguinte indagação: como as tecnologias digitais podem auxiliar no ensino da criança com Transtorno do Espectro Autista?

Para responder ao nosso objetivo, optamos pelo uso da pesquisa bibliográfica, por meio de artigos e trabalhos referentes ao tema.

O Transtorno do Espectro Autista será escrito pela sigla TEA. E sobre a disposição do trabalho, será organizado da seguinte forma:

O tópico 2 discorre a respeito do Transtorno do Espectro Autista, onde faremos uma breve abordagem sobre a síndrome; o subtópico 2.1 abordará a questão da inclusão escolar para os alunos que sofrem com o TEA; já o subtópico 2.2 abrange as tecnologias da educação para as crianças com TEA e verificando como isso pode ser benéfico para elas, e, por fim, o tópico 3 que é a conclusão, onde faremos um apanhado geral do trabalho.



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma síndrome definida por alterações presentes desde muito cedo, ou seja, pode ser apresentada desde antes dos três anos de idade, e se tornam visíveis ao longo do crescimento (SANTOS; GRILLO, 2015).

Desta forma, a criança apresenta o desenvolvimento comprometido, bem como socialização e imaginação afetados, fazendo com que a criança mostre dificuldade na fala, expressões e ideias. É um transtorno que se manifesta na infância e tem continuidade na vida adulta.

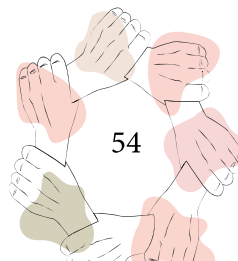
Schwartzman (apud RODRIGUES, 2012, p. 10) sintetiza o autismo como “[...] uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces e que se caracteriza, sempre, pela presença de desvios nas relações interpessoais, linguagem, comunicação, jogos e comportamento”.

O diagnóstico do TEA se desenvolve com de forma clínica, por meios de profissionais da área da saúde (como médicos, psiquiatras e neuropsiquiatras), baseados em discursos da família, ou seja, relato dos pais e responsáveis que convivem com a criança, fazendo observações sobre seu comportamento. Além disso, os médicos se firmam em avaliações de outros especialistas da saúde, como psicólogos e psicopedagogos. Para um diagnóstico preciso também são feitos exames laboratoriais e de imagens (PEREIRA et al., 2015).

O TEA abrange diferentes síndromes marcadas por perturbações de desenvolvimento neurológicos com duas características principais que podem ser manifestadas de forma conjunta ou isolada.

Essas características, segundo Alves (2016, p. 178-179), consistem em:

- a) déficit persistente na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, atualmente ou por histórico prévio (déficit na reciprocidade sócio emocional [...], compartilhamentos reduzidos de interesses, emoções e afetos, dificuldade para iniciar ou responder as interações sociais, déficit no comportamento comunicativo não verbal usados para comunicação social,



ausência de expressões faciais [...], déficit para desenvolver, manter e compreender relacionamentos);

b) padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado atualmente ou por história prévia (movimentos motores, uso de objetos e falas estereotipadas, insistência nas mesmas coisas, adesão flexível ou rotinas padrões, interesses fixos e altamente restritivos que são anormais em intensidade ou foco) (ALVES, 2016, p. 178-179).

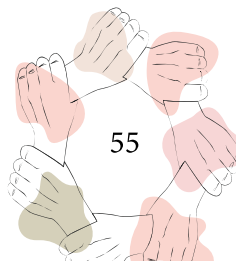
Bruna (2018, não paginado) afirma que o TEA também é [...] chamado de Desordens do Espectro Autista (DEA ou ASD em inglês), recebe o nome de espectro (spectrum), porque envolve situações e apresentações muito diferentes umas das outras, numa gradação que vai da mais leves à mais grave. Todas, porém, em menor ou maior grau estão relacionadas, com as dificuldades de comunicação e relacionamento social (BRUNA, 2018, não paginado).

A respeito do quadro clínico, Bruna (2018) afirma que podem ser classificados em 3 níveis:

- Autismo clássico: é onde o grau de comprometimento pode variar muito. Nesse estágio, embora os autistas possam compreender enunciados simples, eles têm dificuldade de compreensão e aprendem só o sentido literal das palavras, ou seja, não entendem duplo sentido. Se tratam de crianças isoladas, que não aprendem a falar e nem olhar outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos e repetem movimentos sem muito significado.

- Autismo de alto desempenho (antigamente chamado de síndrome de Asperger): os autistas são verbais e inteligentes, nessa classificação os autistas têm a síndrome de forma reduzida.

- Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE): os autistas são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), entretanto os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico bem mais difícil.



O autismo é uma condição permanente, ou seja, não abandona o indivíduo com o passar do tempo, não tendo cura, mas pode sofrer alterações com o passar dos tempos (SANTOS; GRILLO, 2015).

O autismo pode decorrer de múltiplas causas, entre elas fatores genéticos, biológicos e ambientais. Não existe um tratamento padrão para esse transtorno de desenvolvimento, pois é importante analisar cada paciente de forma individual, além de levar em conta o acompanhamento e participação dos pais e familiares, bem como da equipe de profissionais que atendem o paciente (PEREIRA et al., 2015).

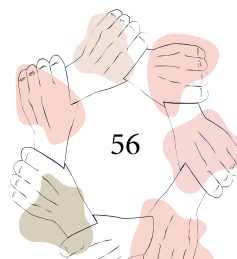
Crianças com autismo precisam de um tratamento diferenciado no ambiente escolar e é sobre essa questão que discutiremos nos tópicos posteriores.

Inclusão escolar para os alunos com TEA

Sabemos que existem políticas que lutam pela inclusão de pessoas com necessidades especiais, entre essas leis, podemos citar a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).

A Constituição Federal (1988) assegura que a educação é um direito social e que devem ser proporcionados meios de acesso à educação. A Constituição diz também que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar corretamente sobre a educação (BRASIL, 1988).

A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Essa Lei certifica é



dever do Estado com educação escolar pública o

[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, não paginado).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica declaram que os alunos atendidos em classe especial devem ser assegurados por:

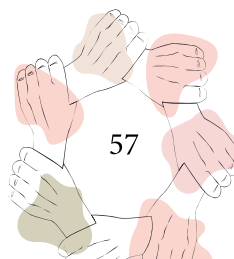
- a) Professores especializados em educação especial;
- b) Organização de classes por necessidades educacionais especiais apresentadas, sem agrupar alunos com diferentes tipos de deficiências;
- c) Equipamentos e materiais específicos;
- d) Adaptações de acesso ao currículo e adaptações nos elementos curriculares;
- e) Atividades da vida autônoma e social no turno inverso, quando necessário (BRASIL, 2001, p. 52).

Essa lei ainda dá características de uma sala especial, que é uma sala em escola de ensino regular, onde existe uma estrutura adaptada e um professor de educação básico especial apto para utilizar métodos e técnicas didáticas, além de recursos pedagógicos específicos, conforme a necessidade pedagógica de cada aluno (BRASIL, 2001).

Para que haja uma educação de qualidade, é necessário que a prática educacional implantada no Brasil seja repensada, para que algumas situações sejam resolvidas e atenda a todas as pessoas de maneira eficaz e igualitária.

É importante também que o professor desenvolva um currículo com flexibilidade necessária às condições do aluno, além de, quando necessário, desenvolver atividades extras (BRASIL, 2001).

Os currículos escolares devem receber uma adaptação tendo em vista à diversidade da comunidade escolar partindo para a mudança onde possa atender as necessidades particulares dos alu-



nos, considerando que a inclusão provoca mudanças no ambiente escolar apontando oportunidades iguais para todos os educandos, dando chances educacionais formais e sociais para alunos com TEA abrindo caminhos para uma escola inclusiva que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

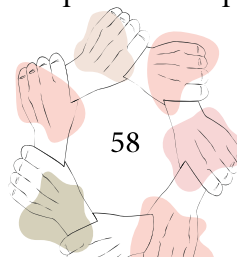
A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no artigo 26 afirma que

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 1948, não paginado).

Ou seja, a educação é um direito assegurado, porém, nem sempre esse direito é associado com qualidade de ensino, tendo em vista a desigualdade social que favorece a uns e desfavorece na mesma proporção outros. Desta forma, a educação inclusiva visa romper com esses paradigmas pré-estabelecidos e abater esse índice de desigualdade, ofertando uma educação de qualidade a todos.

Para que sejam recebidos os alunos com TEA, o professor precisa estar apto para lidar com as diferenças individuais e criar metodologias diversificadas, garantindo assim o desenvolvimento de seus alunos, visando sempre à inclusão social.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor, considerando as di-



ferências e dificuldades individuais do aluno, por isso a importância da mudança de postura desses profissionais visando o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Os profissionais da educação necessitam estar dispostos a mudança e revendo constantemente os seus conceitos, valores e ideologias, para que seja possível atuar como facilitador da conscientização na construção da cidadania, pois o processo de construção necessita partir da sua prática e de seus conhecimentos. Sobre a formação, Nóvoa (1995) afirma que:

Deve estimular uma perspectiva crítico - reflexiva, para haver pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1995, p. 25).

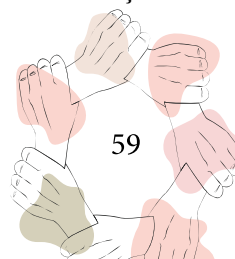
Incluir um aluno com TEA no ambiente escolar é bem mais do que inserí-lo numa escola regular, é necessário proporcionar aprendizagens significativas para as crianças, para que suas potencialidades sejam evidenciadas (PEREIRA et al., 2015)

Tecnologias da educação para os alunos com TEA

A tecnologia assistiva é uma ferramenta de acessibilidade e inclusão, com o intuito de agregar tecnologia e inclusão, em uma ferramenta capaz de ajudar alunos com necessidades especiais (TENÓRIO; VASCONCELOS, 2014).

Santos (2010, p. 54) define tecnologias assistivas como “[...] os recursos que visam a expansão de possibilidades dos portadores de necessidades especiais.”

É importante que o professor aja como mediador entre o material e o aluno, fazendo com que exista um processo de aprendizagem e não de limitação.



As funções e definições dos recursos que se referem à tecnologia assistiva (TA), segundo

Gonçalves (2010, p. 41) são:

[...] uso e implementação de qualquer instrumento, serviço, suporte, estratégia e prática que vão auxiliar na funcionalidade e melhorar os resultados esperados para a realização de uma atividade, seja ela acadêmica, atividade de vida diária, mobilidade, locomoção e comunicação. Portanto, pode ser classificado como sendo qualquer item, produto ou equipamento, adquirido e produzido comercialmente ou personalizado, com o intuito de manter, melhorar ou incrementar as habilidades funcionais de indivíduos com deficiência (GONÇALVES, 2010, p. 41).

São diversas as estratégias de intervenção no processo do desenvolvimento da criança com

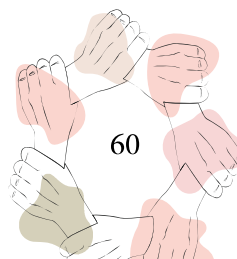
TEA, e o uso da tecnologia é uma delas. A respeito disso, Walter (2011, p. 3) afirma que

A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos (WALTER, 2011, p. 3).

Como uso de tecnologia assistivas, podemos citar o uso de Ipad ou Tablets. Juntamente com os conteúdos trabalhados em sala de aula, o uso desses aparelhos faz com que haja maior interação entre o aluno e a prática educativa, sendo primordial para o desenvolvimento das habilidades da escrita, leitura e comunicação (TENÓRIO; VASCONCELOS, 2014).

Dohme (2011, p. 103) afirma que o uso do Ipad é primordial para criar portas para a comunicação e mostra que

[...] a criança necessitará expressar aquilo que deseja, dentro do contexto que se encontra a história. Ela poderá ser solicitada a montar as próprias frases que expressarão alguma ideia solicitada, ou também, poderá escolher livremente que tipo de ideia ou situação que comunicar e identificar a forma de comunicação adequada para isso. Certamente, isto será um exercício crescente de criatividade e de expressividade, como também a identificação de novas formas de linguagem e de vocabulário (DOHME, 2011, p. 103).



Dessa forma, vemos que o aluno pode usar essas situações para montar e elaborar frases e criar sua própria comunicação. Além do uso da tecnologia para escrita, as tecnologias podem ser adotadas também para jogos, tanto musicais, quanto de soletração, história, pintura e encaixe.

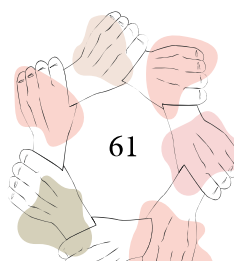
Os jogos têm um objetivo e fator principal que “[...] é a facilitação do poder de concentração. Trabalhar com algo que se gosta, que desafia e que ‘tende’ a um bom resultado exige atenção. Esta virá como consequência do envolvimento” (DOHME, 2011, p. 110).

A tecnologia tem o poder de despertar na criança a motivação, além de ser uma atividade atrativa e desafiadora, pois faz com que ela veja possibilidades e use habilidades. Além desses jogos, podem ser usados também jogos de concentração, como raciocínio lógico e leitura.

Alguns aplicativos podem ser usados para o estímulo e orientação das crianças com TEA, esses jogos são importantes pois auxiliam na concentração, foco e raciocínio das crianças. Dentre os jogos podemos citar alguns:

- ABC do autismo: auxilia no processo de alfabetização de crianças com o transtorno de desenvolvimento. O jogo possui 4 níveis para ganhar a atenção dos autistas: nos dois primeiros níveis a criança começa aprendendo habilidades como discriminação e transposição. Do terceiro ao quarto nível, o jogo fica mais complexo, onde entram questões sobre letramento, que engloba a repartição de sílabas, conhecimento de vogais e formação de palavras.

- Puzzle 4 Kids: O jogo estimula as crianças a desenvolver enigmas e aprender as palavras que designam as coisas, aperfeiçoando assim a leitura. Auxilia as crianças a desenvolver habilidades motoras. Os aplausos e a torcida no jogo ajudam a criança a se sentir motivada para a continuação da construção do vocabulário, memória e habilidades de correspondência e cognição enquanto



brinca.

- ComFIM: tem como objetivo a promoção de habilidades de comunicação em pessoas autistas. Estimula a interação do autista com o personagem virtual, para depois incentivar a interação com outro jogador

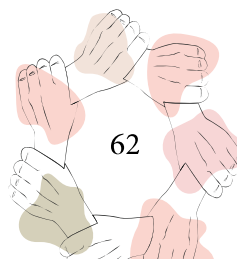
CONCLUSÃO

A Educação é um direito de todos os cidadãos e precisa ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado.

A educação inclusiva consiste em educar todas as crianças num mesmo contexto escolar, isso pode ampliar a visão de mundo da criança, bem como desenvolver oportunidades de convivências a todas as crianças.

Os desafios da aprendizagem são grandes e a escola regular ainda precisa encontrar meios que incluam verdadeiramente esses alunos no ambiente escolar, pois o que se observa é que a escola tem “que aceitar” esses alunos mesmo sem ter as condições necessárias e professores especializados, somente para cumprir as leis de inclusão. No entanto, é necessário investir em uma educação inclusiva que realmente faça o aluno fazer parte do contexto escolar, pois somente assim será possível cumprir o direito de educação de qualidade para todos.

Um ponto importante a ser salientado é a formação dos professores para que sejam capacitados as novas práticas da educação, de modo a atender as necessidades do ensino inclusivo. A educação continuada tem papel primordial na prática profissional.



A adaptação do currículo escolar não deve ser uma forma de deixar a criança acomodada, pelo contrário, deve impor desafios para a aprendizagem, fazendo com que haja o interesse e força de vontade de vencer os obstáculos vividos.

Acreditamos que o uso de tecnologias possibilita a eficácia no que diz respeito ao desenvolvimento de crianças com autismo inseridas no ambiente escolar, de forma que facilita o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, o que pode gerar benefícios e resultados significativos tanto para o aluno, quanto para o professor.

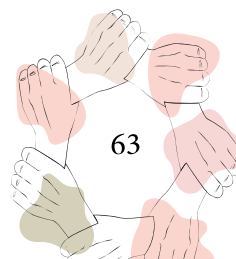
REFERÊNCIAS

ALVES, Cândida Helena Lopes. Diagnóstico do autismo. In: MATOS, Daniel Carvalho (Org.). Análise do comportamento aplicada ao desenvolvimento atípico com ênfase em autismo. São Luís, Editora AISCA, 2016.

BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes e nacionais para a educação especial na educação bá-



sica. São Paulo: Secretaria de Educação Especial; MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>.

Acesso em: 05 dez. 2017.

BRUNA, Maria Helena Varella. TEA: Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/tea-transtorno-do-espectro-autista-ii/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

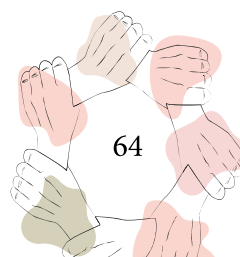
DOHME, Vania. Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Declaração Universal Dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>.

Acesso em: 05 dez. 2017.

NÓVOA, Antonio. Formação de Professores e Profissão Docente. In: NÓVOA, Antonio (org.) Os Professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PORTAL EDUCAÇÃO. A importância da educação inclusiva na educação infantil. 2018. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a-importancia-da-educacao-inclusiva-na-educacao-infantil/55604>>. Acesso em: 10 mar. 2018.



RODRIGUES, M.de O. Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Presidente Prudente: Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente/SP, 2012.

SANTOS, Fabiana Haro dos; GRILLO, Mariana Aparecida. Transtorno do Espectro Autista – TEA. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 12, n. 3, p.30-38, jul/set 2015. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/view/1417/1544>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

SANTOS, Sostenes Vieira. Educação Inclusiva: considerações acerca do uso das tecnologias contemporâneas. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 109, jun. 2010, p.51-57. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/8902/5693>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

TENÓRIO, Mylena Carla Almeida; VASCONCELOS, Norma Abreu e Lima. Autismo: a tecnologia como ferramenta assistiva ao processo de ensino e aprendizagem de uma criança dentro do espectro. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_07_10_2014_16_44_33_idinscrito_387_654ecb08429600021f5e35b9dc5266d9.pdf>

